

METODOLOGIAS DE TRANSPARÊNCIA MILITAR: APORTES TÉCNICOS E TEÓRICOS SOBRE O CASO SUL AMERICANO

Diego Lopes da SILVA*

RESUMO: Os mecanismos de transparência militar objetivam dissipar percepções de ameaça entre as nações. Tais ferramentas compõem um conjunto mais amplo chamado de Medidas de Fomento da Confiança e Segurança (MFCS), desenvolvido em sua versão atual na Ata de Helsinki de 1975. Na América do Sul, pode-se encontrar iniciativas bem sucedidas de transparência militar, como o mecanismo estabelecido entre Chile e Argentina em 2001. No ano de 2012, o Conselho de Defesa Sul Americano (CDS), órgão da UNASUL (União das Nações Sul Americanas), publicou o primeiro Registro de Gastos de Defesa. O documento torna transparente os investimentos realizados em defesa pelos doze países membros no período de 2006-2010. A intenção do presente artigo é discutir a partir de uma perspectiva teórica o objetivo da transparência militar, bem como analisar desde um ponto de vista técnico a metodologia desenvolvida pelo CDS.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança regional. Transparência. América do Sul.

Introdução

Como nos foi ressaltado por Raymond Aron, “O desconhecimento do semelhante que há em todo estrangeiro é uma das raízes sociais e psíquicas das distâncias entre as coletividades – isto é, das guerras” (ARON, 2002, p.461)

* Mestrando em Relações Internacionais. UNESP – Universidade Estadual Paulista; UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas; PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-graduação San Tiago Dantas. São Paulo – SP – Brasil. 01001-001 – diego.lopes.silva@outlook.com.

Na passagem citada, Aron aponta a centralidade da percepção mútua entre os povos no estudo da guerra. Ou seja, para a compreensão das razões dos conflitos armados, é preciso que se tenha em conta a maneira como o estrangeiro é considerado. A insciência sobre o estrangeiro é necessariamente a insciência sobre suas vontades, objetivos e métodos, tornando seu comportamento uma incógnita. Tal incapacidade de presunção do comportamento alheio é o substrato da insegurança, dando matéria à formação das percepções de ameaça.

Tendo em conta tal condição, a partir da segunda metade da década de 1970, observou-se no sistema internacional a proliferação de medidas institucionalizadas que objetivavam a diminuição dos níveis de incerteza e insegurança entre os países. As chamadas Medidas de Fomento da Confiança e Segurança (MFCS) entraram na agenda internacional como importante ferramenta nesse processo. Através de sua implementação, buscava-se eliminar a ambiguidade inerente às políticas militares, tornando-as mais transparentes e modificando-as de maneira que a possibilidade de uma percepção equivocada fosse minimizada (TULLIU; SCHMALBERGER, 2004, p.159). Hodiernamente, este conjunto de medidas é parte da agenda de segurança de um grande número de países ao redor do mundo, consolidando-se como mecanismo de aproximação e de transformação de cenários de animosidade em relacionamentos estáveis e amistosos. O objetivo do presente artigo é analisar uma das ferramentas que compõem as MFCS: as medidas de transparência em gastos militares. Para tanto, analisaremos os recentes avanços alcançados dentro do âmbito do Conselho Sul Americano de Defesa (CDS), órgão da União das Nações Sul Americanas (UNASUL). No ano de 2012, o CDS publicou o primeiro Registro Sul Americano de Gastos de Defesa, documento que computa a relação dos gastos militares de todos os doze países membros do órgão regional. O tema da transparência militar será abordado tanto de uma perspectiva técnica, ao discutirmos as diferentes metodologias e suas implicações, quanto de um ponto de vista teórico, ao analisarmos a relação entre ameaça, dissuasão e transparência.

A dimensão do político

Carl Schmitt dedicou grande parte de seu esforço intelectual na tentativa de definir o campo do político. Para o Schmitt, a política é a dimensão onde se distinguem os amigos dos inimigos (SCHMITT, 1984). Essa diferenciação baseia a separação social entre o interno e o externo, nacional e internacional, incluído e excluído. A dicotomia apresentada por Schmitt é a essência do polí-

tico, sendo subjacente a todas as relações. Quanto às caracterizações dos fatores do binômio amigo/inimigo, entende-se, dentro do pensamento de Schmitt, que inimigo é aquele que coloca nossa existência ou modo de vida em perigo. Ou seja, o inimigo é “[...] negação do próprio modo de existir, e por isso é necessário defender-se e combater, para preservar o próprio peculiar modo de vida” (SCHMITT, 1984, p.63). Tal perspectiva acerca do campo político embasa a visão que Schmitt possuía do fenômeno da guerra. O conflito armado, discorre, é a inimizade de modo mais manifesto. Isto é, sua consideração tomada da maneira mais extrema.

Ao partirmos da caracterização schmittiana de inimigo, e consequentemente do que seria a guerra, fica evidenciada a importância da percepção da ameaça na caracterização do político. Visto que o inimigo é aquele que coloca nossa existência em risco, há que se indagar como e quando o indivíduo percebe que sua existência está ameaçada. No que concerne à conceituação da ameaça, alguns pontos importantes devem ser assinalados. O primeiro deles é que a ameaça é, antes de tudo, uma tentativa de estabelecimento de poder. Segundo Raymond Aron, poder “[...] é a capacidade que tem uma unidade política de impor sua vontade às demais” (ARON, 2002, p.99). De tal modo, a ameaça é proferida com o intuito de dissuadir o ameaçado a realizar ou continuar uma ação, através da insinuação do que poderia ser feito com ele caso a vontade do ameaçador não fosse respeitada (SAINT PIERRE, 2003)¹. Um segundo ponto de análise na dinâmica da ameaça é sua prática discursiva. A ameaça possui duas modalidades de discurso: a ameaça enquanto discurso ativo é aquela que é declarada, intencional, que visa dissuadir o ameaçado de cometer alguma ação a qual o ameaçador se oponha; todavia, enquanto discurso passivo, a formação da ameaça permite ao emissor a não intencionalidade da ameaça, no sentido de que ela se concretiza na interpretação do receptor, independentemente da intencionalidade do ameaçador. Uma vez apreendida, a ameaça passa a ser a ferramenta do político, isto é, o elemento que difere o amigo do inimigo.

Um último ponto a se mencionar acerca da ameaça é sua consequência: a criação de uma expectativa. Para Saint Pierre, “[...] a ameaça é essencialmente diferente do que ela manifesta: não é ela que provoca o temor, mas quem o anuncia.” (SAINT PIERRE, 2003). De tal forma, a ameaça cria a expectativa

¹ “Em todos esses casos nosso inimigo nos pretende intimidar com a promessa ou o gesto ou a atitude ou a disposição, tanto na mesa de negociações quanto no campo de batalha, insinuando o que poderia acontecer conosco si não nos submetêssemos a sua vontade, ainda que ainda não haja feito nada que nos alcance diretamente, que nos tenha agredido nem causado alguma perda.” (SAINT PIERRE, 2003, tradução nossa).

da agressão. Por sua vez, essa expectativa terá papel fundamental na formulação estratégica das unidades, visto que o cenário de confronto apresenta-se como iminente.

Ameaça, dissuasão e transparência: o soldado “traído”

Nenhum período na história poderia ilustrar de forma tão satisfatória o que seria o político de Carl Schmitt como a Guerra Fria. Um primeiro argumento é a caracterização do inimigo. O maniqueísmo dividiu a política internacional entre os alinhados ao capitalismo e os seguidores do “farol” revolucionário comunista. As partes trataram de, através da propaganda e de manobras exteriores (BEAUFRE, 1998)² demonizar um ao outro, de modo a pintar seu respectivo inimigo como o maior dos perigos. O segundo argumento, decorrente do primeiro, é a utilização da ameaça como ferramenta. Como efeito da nuclearização do conflito e conseqüente estreitamento da margem de Liberdade de Ação das partes, o que sucedeu foi um confronto de ameaças. No período, adotou-se a estratégia de dissuasão, que segundo Beaufre, procurava “[...] atingir diretamente a vontade do adversário, sem passar pelo estágio intermediário de uma prova de força” (BEAUFRE, 1998, p.89). Vê-se, de tal maneira, que a dissuasão procura estabelecer controle da situação e a prevenção do confronto direto.

Acerca da lógica da dissuasão e da ameaça, devem-se apontar algumas peculiaridades. A primeira delas é que o ameaçador e o ameaçado têm interesses conflitantes. O ameaçado está fazendo, ou prestes a fazer, algo que o ameaçador se opõe (SCHELLING, 1991). No entanto, há que se notar um interesse em comum entre as partes: a não materialização da ameaça. Ambas as partes ganham se o ataque puder ser evitado, pois o ameaçado, obviamente, não deseja ser atacado, e o ameaçador não deseja atacar, pois se o quisesse, já o teria feito sem ameaçar. O segundo ponto a ser ressaltado é a centralidade da credibilidade da ameaça nessa dinâmica. A ameaça necessita soar como plausível para que tenha o efeito desejado. Todavia, ainda que o discurso seja persuasivo, isso não

² Utiliza-se aqui a conceituação de André Beaufre. Através da manobra exterior “[...] colocar-se-á em jogo o respeito às formas legais do direito interno e do internacional e invocar-se-ão valores morais e humanitários e procurar-se-á criar no adversário uma consciência pesada na luta, fazendo-o duvidar do bom fundamento de sua causa. Criar-se-á assim a oposição de parte de sua opinião interna, enquanto que se levantará, caso se possa, tal ou qual fração da opinião internacional, criando uma verdadeira coalização moral, para a qual se atrairá simpatizantes ingênuos, seduzidos por argumentos adaptados a seus preconceitos” (BEAUFRE, 1998, p.124).

garante a certeza do ataque. Por isso, “[...] a incerteza constitui o fator essencial da dissuasão” (BEAUFRE, 1998, p.94).

Entretanto, a dinâmica descrita acima se refere à dissuasão em sua forma clássica, ou seja, pelo acúmulo de meios coercitivos. Em contraposição, há o conceito de dissuasão pela transparência, formulado por Jorge Domínguez. O autor discorre que,

Na abordagem convencional à segurança, a dissuasão é alcançada pela obtenção dos meios de repulsão de um ataque advindo de fora das fronteiras nacionais e de infligção de grandes perdas às forças de quem ataca e talvez até no país que ataca. Na abordagem cooperativa à segurança, a dissuasão é alcançada através da transparência dos procedimentos militares e da informação e através de medidas de construção da confiança de modo a envolver as Forças Armadas de qualquer conjunto de países (DOMÍNGUEZ, 1998, p.12).

Sendo assim, a dissuasão pela transparência é alcançada pela demonstração da intenção pacífica. O que se busca não é a demonstração crível da força e o reforço da imagem ameaçadora, mas seu inverso: a desconstrução da ameaça apresentada. Objetiva-se assim eliminar os incentivos para a adoção de um comportamento ofensivo pela outra parte.

Ao realizarmos uma análise comparativa das duas modalidades dissuasórias, destaca-se que por meio da dissuasão pela transparência o que se busca não é ameaçar ou reforçar a ameaça, mas sim seu oposto. A prática da transparência busca mitigar as percepções de ameaça por meio do evidenciamento dos meios militares. Através da transparência, ocorre uma nova relação entre o binômio de comunicação entre as unidades políticas, assim posto por Aron, soldado/diplomata, ou seja, força/palavra. A dissuasão clássica estabelece um relacionamento entre esses dois fatores no qual a palavra usa a força, por diversas vezes blefando, para dissuadir. Todavia, há um rearranjo dessa relação na transparência, pois a palavra, neste cenário, delata a força. O soldado é “traído” pelo diplomata.

A transparência em análise

As MFCS, em sua versão atual, tiveram sua origem na Ata de Helsinki, em 1975, como parte do conjunto de medidas adotadas entre a extinta União Soviética e os países ocidentais detentores de armamentos nucleares. O documento foi assinado na ocasião da Conferência sobre Segurança e Cooperação

da Europa (CSCE) e tinha como objetivo atenuar as consequências do conflito bipolar. Em 1986, a estrutura do acordo foi revisada e relançada no Documento de Estocolmo. Adicionou-se nessa segunda geração de medidas a obrigatoriedade de visitas de observadores a exercícios militares, de intercâmbio dos calendários anuais de atividades. Por sua vez, nos anos noventa, as MFCS se modificaram através dos Documentos de Viena, fechando um ciclo de três gerações³.

Em 1980, através da Resolução 35/142 (ONU, 1980) acerca redução dos orçamentos militares, é estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) o Sistema de Apresentação de Relatórios de Gastos Militares. Na letra de seu documento, é atestada a crescente preocupação com a questão das corridas militares e o impacto dos gastos do setor de defesa nas economias nacionais. Viu-se naquele momento da história, que a guerra era a inimiga do progresso, e não seu oposto (BOBBIO, 2003)⁴. De tal maneira, decidiu-se que os países membros deveriam apresentar ao órgão, anualmente, um relatório que discriminasse seus gastos militares por custo do recurso e por tipo. O principal objetivo do estabelecimento do mecanismo foi, através de medidas de transparência, reduzir os gastos militares. A ONU enxergou nesse conjunto de medidas a possibilidade de construir entre os países membros um ambiente mais seguro. No espaço regional, possuímos como modelos alguns arranjos bilaterais, como, por exemplo, os estabelecidos por Argentina e Brasil no campo nuclear⁵ e por Argentina e Chile⁶. Mais recentemente, estabeleceu-se

³ Outros exemplos de MFCS tratadas na Europa, pode-se citar o Tratado de Céus Abertos, o Tratado sobre Forças Armadas Convencionais na Europa (FACE), o Conselho de Associação Euro atlântica (CAEU), a Associação para a Paz e a Ata de Fundação das Relações, a Cooperação e Segurança Mútua entre a Federação Russa e a Organização do Tratado do Atlântico Norte.

⁴ Como é argumentado por Norberto Bobbio, “O modo mais comum de justificar a guerra como mal necessário foi ligá-la a ideia de progresso. O progresso teria passado, ou pelo menos passado até agora necessariamente, pela guerra: não se pode conceber progresso sem guerra. Por mais dura, áspera e dolorosa que seja a guerra, ela é uma via obrigatória através da qual passa a história como história do progresso humano.” (BOBBIO, 2003. p.89).

⁵ Em 14 de julho de 1991 foi criada a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC). O órgão tem como objetivo tornar as políticas nucleares de ambos os países. O setor nuclear, na década de 1980, foi fonte de grande tensão entre Argentina e Brasil. Após a crise do petróleo de 1973, os dois países buscaram diversificar suas fontes energéticas e investiram maciçamente no setor, padrão que começou a desenhar uma corrida “armamentista”, segundo Moniz Bandeira. A ABACC, por meio de seus mecanismos de transparência, teve papel fundamental no controle da situação e na reaproximação entre Brasil e Argentina. A questão nuclear somada a contenda relativa à construção da usina de Itaipu era os dois problemas que impediam uma aproximação entre os países.

⁶ Em 2001, os governos da Argentina e do Chile requisitaram que a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) desenvolvesse uma metodologia comum para a medição dos gastos em defesa de ambos os países.

pelo Conselho Sul Americano de Defesa um procedimento de homologação dos gastos militares dos países da região, o qual produziu o primeiro Registro Sul Americano de Gastos de Defesa.

A transparência militar preocupa-se em tornar público os gastos dos países em defesa, bem como tratados no âmbito militar que possam gerar desconfiança. Não obstante, há que se definir de antemão o objeto e o escopo de seu método: o que é compreendido como atividade de defesa e qual o nível de transparência, ou seja, o que se transparenta e em que medida. As diferentes definições sobre defesa abarcam diferentes setores a serem transparentados. O mecanismo bilateral de transparência de gastos militares estabelecido entre 1999-2001 por Argentina e Chile entendia que defesa era o conjunto de atividades que buscavam garantir a soberania nacional. Todos os gastos que almejassem tal objetivo compreendiam-se no campo da defesa. Outros organismos que trabalham com medição de gastos militares possuem suas próprias definições. A publicação *The Military Balance* entende que

[...] military expenditure is defined as the cash outlays of central or federal government to meet the costs of national armed forces. The term 'armed forces' includes strategic, land, naval, air, command, administration and support forces. It also includes paramilitary forces such as the gendarmerie, customs service and border guard if these are trained in military tactics, equipped as a military force and operate under military authority in the event of war. (ECLAC, 2005, p.15).

O *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI) cataloga como gastos em defesa todo fluxo de capital investido nas Forças Armadas (inclui-se Operações de Paz); Ministério de Defesa ou outras agências governamentais encarregadas de assuntos de defesa; Forças Paramilitares, quando treinadas e equipadas para operações militares; atividades militares espaciais; pessoal militar e civil; operações e manutenção; aquisições; pesquisa e desenvolvimento militar; e ajuda militar (despesa computada nos cálculos do país doador) (ECLAC, 2005).

No que concerne às informações transparentadas, podemos dividi-las em diferentes níveis, determinados pela quantidade de informação discriminada. De acordo com a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe)

De tal modo, a CEPAL publica seu estudo chamado Metodologia Padronizada para Medição de Gastos em Defesa.

(ECLAC, 2005), pode-se dividir as diferentes abordagens metodológicas de transparência em três níveis: G1 (básica), refere-se a todos os gastos governamentais relacionados à administração das atribuições militares. Abarcam-se os gastos com defesa civil, atividades relacionadas à pesquisa na área militar, e gerenciamento e suporte a atividades de defesa que não são catalogadas em outras áreas. Não obstante, essa metodologia não inclui gastos com pensão; G2 (expandida) inclui todos os elementos transparentados pela metodologia G1. Entretanto, agrega gastos com pensão e; G3 (total) é a mais completa metodologia, pois além de conter as informações transparentadas na G2, discrimina também as áreas de P&D, ajuda militar.

O CDS e a transparência militar

Para analisarmos o mecanismo de transparência militar estabelecido pelo Conselho de Defesa Sul Americano, temos que retroceder até o ano de 2009. Nesse ano, foi realizada, em caráter extraordinário, uma reunião do CDS na cidade de Bariloche, Argentina, para discussão do projeto de acordo militar negociado entre Colômbia e Estados Unidos (BRASIL, 2009). Até onde se sabia, o acordo dizia respeito à concessão de sete bases militares aos Estados Unidos por parte do governo colombiano para o combate ao narcotráfico. A justificativa para o encontro em Bariloche se dava pela tensão diplomática gerada pela aproximação entre os países. Bogotá encontrava-se relutante em divulgar o texto do acordo às nações vizinhas. Por seu turno, o governo venezuelano adotou uma postura totalmente contrária ao acordo, pois encarava a movimentação como um exercício do imperialismo norte americano (CANTANHÊDE, 2009). Sendo assim, o que se buscou em Bariloche foi uma maior transparência nos temas relativos à defesa dos países da sub-região. Na ocasião, evidenciou-se a interdependência dos países nos temas de defesa e segurança regional, afirmando assim a necessidade de um órgão como o CDS.

A partir de Bariloche, seguiu-se uma série de reuniões com o objetivo desenvolver medidas de fomento da confiança e de transparência que evitassem o surgimento de percepções de ameaça que perturbassem o equilíbrio sub-regional. Segue abaixo um quadro em sequência cronológica dos avanços das reuniões:

Tabela 1 – Reuniões de Elaboração das MFCS no Âmbito do CDS

REUNIÃO	DATA E LOCAL	AVANÇO
Reunião Extraordinária de Chefes e Chefes de Estados e Governo da UNASUL	15 de setembro e 27 de Novembro 2009. Quito, Equador	Medidas de fomento da confiança foram propostas e medidas específicas já foram aprovadas*
II Reunião da Instancia Executiva do Conselho de Defesa Sul- Americano	28 y 29 de janeiro, 2010. Manta, Equador	Majoria dos procedimentos de fomento da confiança foi aprovada por consentimento
I Reunião Extraordinária da Instancia Executiva do Conselho de Defesa Sul- Americano	5 de maio, 2010. Guayaquil, Equador	Finalização das recomendações formuladas pelos Grupos de Trabalho e remissão do conjunto de medidas aos Ministros de Defesa para aprovação.
II Reunião Ordinária do Conselho de Defesa Sul-Americano	6 y 7 de maio, 2010. Guayaquil, Equador	Aprovação do conjunto de procedimentos para aplicação das Medidas de Fomento da Confiança e Segurança e remissão ao Conselho de Ministros de Relações Exteriores para sua aprovação
III Reunião Ordinária do Instancia Executiva do Conselho de Defesa Sul- Americano	14 y 15 de julho, 2010. Quito, Equador	Argentina, Chile e Peru apresentam o Plano de Trabalho para o desenho de uma Metodologia Comum de Medição de Gastos Militares.
Reunião Extraordinária de Chefes e Chefes de Estado e Governo da UNASUL	15 de julho, 2010, Lima, Peru	Aprovação do Plano de Medição de Gastos e Intercâmbio de Informações

Fonte: Elaboração própria com base em Brasil (2009).

*Aprovadas na reunião de 27 de novembro

Depois de 15 de julho, em Lima, outras reuniões foram realizadas para aprimoramento do plano. Podemos citar a IV Reunião Ordinária da Instancia Executiva do Conselho de Defesa Sul americano (28 e 29 de abril, 2011), III Reunião Ordinária do Conselho de Defesa Sul americano (12 e 13 de maio, 2011), V Reunião Ordinária da Instancia Executiva do Conselho de Defesa Sul americano (6 e 7 de outubro, 2011), I Reunião Extraordinária Conselho de Defesa Sul americano (10 e 11 de novembro, 2011).⁷

⁷ Disponível em: <<http://www.unasurcds.org/>>. Acesso em: 4 dez. 2012.

Um primeiro apontamento sobre o desenvolvimento de uma metodologia de mediação de gastos sul americana refere-se aos países responsáveis. O CDS funciona através do estabelecimento de grupos de trabalho. Para cada tarefa é designado um grupo de países para sua realização. A escolha da Argentina, Chile e Peru não foi aleatória. Primeiramente, uma das demandas constantes do Peru refere-se à limitação de armamentos e medidas de transparência nos gastos militares. Uma das razões do desassossego é o alto investimento realizado no setor de defesa pelo Chile⁸. A preocupação peruana foi demonstrada de maneira sistemática na Organização dos Estados Americanos por meio da apresentação de diversos projetos de resolução de limitação de gastos militares e promoção da transparência⁹. Já no caso da Argentina e Chile, os dois países estabeleceram um mecanismo de medição bilateral de gastos militares entre 1999 e 2001¹⁰. Decerto, sua expertise é um ativo de grande valia na definição de uma metodologia no âmbito sub-regional.

O fruto de todo esse processo foi apresentado em 5 de junho de 2012, no Paraguai, na VI Reunião da Instancia Executiva do Conselho de Defesa Sul americano. Na ocasião, apresentou-se o Primeiro Registro Sul americano de Gastos de Defesa. O documento compila dados coletados pelo Centro de Estudos Estratégicos de Defesa do CDS do período de 2006 a 2010. Uma característica da metodologia desenvolvida no CDS merece uma atenção maior. Tal aspecto refere-se à definição do que é gasto em defesa. Entende-se como gasto em defesa

[...] todos los recursos asignados por el Estado, así como también la asistencia externa (monetaria y no monetaria), destinada al financiamiento de las actividades que comprenden la seguridad exterior de la Nación. Esto incluye el gasto de los Ministerios de Defensa, sus organismos dependientes, las Fuerzas Armadas y toda otra agencia del sector público cuya función prioritaria sea la Defensa del país frente a desafíos externos. (CEED, 2012, p.3).

⁸ Uma das razões para o alto montante investido em defesa pelo Chile deve-se a Lei Reservada do Cobre de 1958, que obriga a destinação de 10% do valor das exportações do cobre e seus derivados, produzidos pela *Corporación del Cobre* (CODELCO), ao financiamento da aquisição de sistemas de armas e equipamentos, de modo a compor o potencial bélico da nação. De todo modo, a lei fixa uma quantidade mínima de US\$ 180.000.000 (cento e oitenta mil dólares). (CHILE, 1958).

⁹ Alguns exemplos são CP/CSH-752/06 rev. 4 de 9 de maio de 2006, CP/CSH-454/02 rev. 3 de 17 de maio de 2002, REP/CITAAC/doc.1/06 rev.3 de 30 de novembro de 2006 (apresentada por Argentina e Chile, mas co-patrocinada pelo Peru), CP/CSH-578/03 rev. 1 de 20 de maio de 2003, CP/CSH-789/06 rev. 1 de 20 de outubro de 2006, AG/doc.4747/07 rev. 1 de 30 de maio de 2007, CP/CSH-634/04 rev. 1 de 11 de maio de 2004 e CP/CSH-765/06 rev. 2 de 17 de maio de 2006.

¹⁰ Ver nota 15.

É de suma importância que se note a inclusão da ajuda externa nos cálculos. O SIPRI computa tais gastos nos cálculos relativos à nação que concede a ajuda, não à que recebe. Isso reflete uma preocupação sul americana, presente em uma metodologia *sul americana*. Em primeiro lugar porque foi o ponto que iniciou as discussões sobre transparência (as sete bases colombianas cedidas aos EUA), e em segundo, porque é uma preocupação constante a ingerência externa à região. Há que se ter em conta que, ainda que tenhamos logrado desenvolver uma autonomia regional frente aos EUA com a UNASUL e com o CDS nos assuntos militares, isso não quer dizer a América do Sul é isenta de sua influência. Tal posição seria de total idealismo.

Conclusão

A proposta da transparência militar apresenta-se de maneira singular. Ao passo que na dissuasão clássica a ameaça ocupa papel central, na dissuasão pela transparência o que se busca é dissipá-la, não obstante, buscando um mesmo objetivo: evitar o conflito em si. A transparência visa uma reinterpretação das relações. A ameaça que se teme em um ambiente de insegurança é um componente que atua no espaço das subjetividades, pois está sujeita à maneira como a realidade social é apreendida e interpretada pelos atores. Por ser, por assim dizer, fruto de uma hermenêutica da realidade social internacional, a formação da ameaça torna o estudo da segurança internacional uma investigação das percepções.

As medidas de transparência no setor militar são ferramentas reconhecidamente importantes na construção da confiança. Desde sua aplicação a nível internacional pelo mecanismo da ONU em 1985, outras medidas foram criadas, como no âmbito hemisférico pela OEA, bilateral como no caso da Argentina e do Chile, ou mesmo regional, assim como visto no Conselho de Defesa Sul americano.

O CDS, através da vontade política e do diálogo aberto acerca da transparência militar na região, superou um período de grande adversidade ao organismo, colocando em xeque sua habilidade enquanto foro de resolução pacífica de controvérsias. O fruto de seus esforços em construir uma região mais estável foi o Registro Sul Americano de Gastos de Defesa, apresentado pelo CEED em 2012. No documento, além das análises acerca das dinâmicas de compras de armamentos, há que se notar a peculiaridade metodológica presente que se refere à computação das ajudas externas aos respectivos países receptores, ao

invés de computá-las aos países doadores, assim como realizado pelo SIPRI. Tal fato mostra uma maturidade sul americana no processo de desenvolvimento de sua metodologia, pois a desenvolveu endogenamente, levando em consideração suas próprias demandas.

METHODOLOGIES OF MILITARY TRANSPARENCY: TECHNICAL AND THEORETICAL APPROACHES ON THE SOUTH AMERICAN CASE

ABSTRACT: *The mechanisms of military transparency seek to dissipate threat perceptions between nations. Such tools compose a wider set called Confidence and Security Building Measures (CSBM), developed in its current version at the Helsinki Act of 1975. In South America, one can find well-succeeded initiatives of military transparency, such as the mechanism established between Chile and Argentina in 2001. In the year of 2012, the South American Defense Council (CDS in its Brazilian acronym), published the first Defense Expenditure Register. The document makes transparent the investments realized in defense by the twelve members from 2006 to 2010. The intention of the present article is to discuss from a theoretical perspective the objective of the military transparency, as well analyze from a technical viewpoint the methodology developed by the CDS.*

KEYWORDS: *Regional security. Transparency. South America.*

REFERÊNCIAS

- ARON, R. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- BEAUFRE, A. **Introdução à Estratégia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- BOBBIO, N. **O problema da guerra e as vias da paz**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2003.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **II Reunião extraordinária de ministros de relações exteriores e da defesa da Unasul**. 2009. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2009/11/26/ii-reuniao-extraordinaria-de-ministros-das/?searchterm=unasul>>. Acesso em: 6 dez. 2012.

CANTANHÊDE, E. Unasul põe transparência militar em pauta. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 ago. 2009. Mundo.

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE DEFESA [CEED]. **Informe final Diseño de una Metodología Común de Medición de Gastos de Defensa**. Disponível em: <http://www.ceedcds.org.ar/Portugues/09-Downloads/PORT-Metodologia_Comun.pdf>. Acesso em: 20 de nov. de 2013

CHILE. Lei nº 13.196, de 29 de outubro de 1958. Ley Reservada del Cobre. **Diario Oficial de la República de Chile**, Santiago, 29 out. 1958.

DOMÍNGUEZ, J. Security, peace, and democracy in Latin America and the Caribbean: Challenges for the Post-Cold War Era. In: DOMÍNGUEZ, J. I. (Org.). **International Security and Democracy: Latin America and the Caribbean in the Post-Cold War Era**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1998. p.3-28.

ECLAC. **Methodology for the comparison of military expenditures**. Santiago: Office of the Executive Secretary, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. **Reduction of military budgets**. Nova York, 12 dez. 1980. Disponível em: <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/35/142&Lang=E&Area=RESOLUTION>. Acesso em: 6 dez. 2012.

SAINT PIERRE, H. L. **Las “Nuevas Amenazas” como Subjetividad Perceptiva**. 2003. Disponível em: <<http://www.resdal.org/experiencias/iiichds-ponsaintpierre.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2014.

SCHELLING, T. **The Strategy of Conflict**. Boston: Harvard University Press, 1991.

SCHMITT, C. **El concepto de lo político**. Buenos Aires: Folio, 1984.

TULLIU, S.; SCHMALBERGER, T. (Ed.). **En Buenos términos con la seguridad: diccionario sobre el control de armamentos, desarme y fomento de la confianza**. 2004. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&trct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fmercury.ethz.ch%2Fserviceengine%2FFiles%2FISN%2F92883%2Fipublicationdocument_singledocument%2Fe573a3d0-baa3-45d5-9238-7431c97f6eed%2Fes%2FFull-text_ES.pdf&ei=-CUzVOXuEoKvvgTCuYGoCg&usg=AFQjCNEzJZ12O2R2EUhu2pf7B69vn5WtZA&sig2=eqdeCx33ysG3FivUMoa7-A&bvm=bv.76943099,d.eXY>. Acesso em: 18 set. 2014.

